

Índice

Gigantes tecnológicos: para um grande poder, uma grande responsabilidade.....	1
Overdose de desespero nos EUA	2
Os custos familiares do crescimento económico chinês	3
“O Herói de Hacksaw Ridge”	4

Gigantes tecnológicos: para um grande poder, uma grande responsabilidade

O que não aparece no Google ou no Facebook, não existe. A enorme capacidade de ambas as empresas para influir no comportamento e nas ideias de imensa gente, juntamente com a obscuridade em torno dos dados pessoais que armazenam, desperta receios e todo o tipo de teorias da conspiração. Para conjurá-las, estão a esforçar-se por “serem bons rapazes”, ou pelo menos parecê-lo.

Em maio último, um portal de notícias tecnológicas chamado Gizmodo [publicou](#) declarações de vários antigos trabalhadores do Facebook que comprometiam a neutralidade política da secção “Trending topics”, uma ferramenta que seleciona peças jornalísticas de que se está a falar na rede. Segundo os entrevistados, apesar da empresa sempre ter explicado que os conteúdos são selecionados através de algoritmos que só levam em conta a sua popularidade e o possível interesse para cada utente – de acordo com os dados armazenados pela rede social –, os supervisores da secção muitas vezes manipulavam os resultados para eliminar artigos de meios de comunicação conservadores. Alguns dos entrevistados pelo Gizmodo salientavam até que o Facebook lhes tinha dado instruções para fazê-lo assim.

Quando essas declarações apareceram num meio de grande difusão, o “The Guardian”, estalou a indignação entre políticos e meios de comunicação conservadores. O debate chegou inclusivamente ao Congresso dos Estados Unidos, depois de um representante republicano ter reclamado uma investigação.

A empresa de Palo Alto, o Facebook, respondeu em seguida desmentindo as informações. Mais tarde, declarou que havia começado uma revisão interna. Dias depois já tinha os resultados: os dados não davam motivos para pensar que tivesse havido preconceito ideológico, pelo menos não de forma sistemática. A quantidade de informações de uma e da outra tendência política aparecidas na secção foi praticamente idêntica.

Contudo, o Facebook anunciou que [modificará](#) alguns procedimentos de atuação para assegurar a neutralidade ideológica desta secção. Entre outros aspetos, aumentará e diversificará a lista de meios de comunicação consultados. Também aumentará a formação dos responsáveis pela secção e reforçará os protocolos de revisão.

O debate em torno da neutralidade política do Facebook suscitou uma questão importante: que comportamento se pode exigir a esta rede social como fonte de informação? Alguns comentadores conservadores defenderam o direito da empresa a ter uma linha editorial, como qualquer outro meio de comunicação, sempre e quando seja transparente e não procure camuflá-la sob a bandeira da neutralidade. Para outros, torna-se absurdo pretender uma neutralidade absoluta. Outra coisa é que se manipule a propósito e com objetivos políticos, dando por *trending* uma notícia que não o é – ou não o era antes de ser incluída na secção – ou eliminando outra apesar da sua popularidade real.

Dada a penetração do Facebook (1650 milhões de utentes ativos em abril último, com uma utilização média de 50 minutos por dia), o seu trabalho de filtragem da atualidade tem uma enorme capacidade para fixar a agenda pública. A resposta

nesta polémica revela que a rede social quer assumir a responsabilidade que este grande poder acarreta.

Também o Google deu passos nesta direção. Em maio último, [anunciou](#) que a partir de 13 de julho seguinte não incluiria anúncios de empresas especializadas em empréstimos de curto prazo (*payday loans*), que aproveitam as necessidades urgentes de dinheiro para exigir juros muito altos. Em muitos casos funcionam como armadilhas, que aprisionam sobretudo pessoas com baixos rendimentos.

F. R.-B.

Overdose de desespero nos EUA

Morte por overdose de analgésicos opioides. O resultado da autópsia de Prince coloca o cantor entre as vítimas daquilo que as autoridades de saúde norte-americanas qualificam já de “epidemia”. Tanto as mortes por toxicod dependência, como os suicídios, estão a aumentar ano após ano. E, embora também haja influência de outros fatores, o facto de, em 2015, a taxa de mortalidade da população ter aumentado pela primeira vez numa década, fez soar os alarmes.

Em 2014, 47 000 pessoas morreram em consequência da toxicod dependência, segundo dados do [Centers for Disease Control and Prevention \(CDC\)](#). Destas mortes, seis em cada dez (28 600) deveram-se a overdoses de heroína e opioides, incluindo os fármacos opioides legais, que se vendem com receita médica para combater a dor. Isto constitui um alarmante aumento de 14 % das mortes por esta causa num único ano. Se se tiver em conta todas as mortes por overdose de algum tipo de droga, a taxa subiu de 14,4 por 100 000 habitantes em 2014, para 15,5 em 2015.

Dá a impressão de que por fugirem da dor, física ou psicológica, os norte-americanos se meteram noutros padecimentos piores. Segundo dados do CDC, em 2014, 2 milhões de norte-americanos abusaram ou eram dependentes dos opioides legais. Um em cada quatro daqueles a quem foram receitados fármacos opioides por dor não relacionada com o cancro, acabou por ficar dependente destes fármacos.

O alarme suscitado pela epidemia de heroína e de opioides apanhou desprevenidos os que têm estado a promover a [legalização da marijuana em Nova Inglaterra](#), depois de o terem conseguido já noutros cinco estados. Mas nos seis estados que compõem a Nova Inglaterra, a crise de heroína e opioides causou em 2015, 2000 mortes. E isto está a fazer pensar os legisladores.

Os promotores da legalização da cannabis asseguram que a marijuana e a heroína não têm nada a ver entre si. Mas quando se observa o abuso dos fármacos opioides, é mais difícil confiar nos “efeitos terapêuticos” da marijuana; e muito menos parece coerente tentar afastar os jovens das drogas e, ao mesmo tempo, legalizar a cannabis como se fosse inóqua.

Juntamente com as mortes por overdose, os suicídios são outro capítulo que revela o aumento de tendências auto-destrutivas na sociedade norte-americana atual. E também nisto a evolução é inquietante.

A taxa de suicídio foi baixando de modo continuado desde 1986 até 1999. Mas a partir de então cresceu 24 %, até se situar em 13,5 por 100 000 habitantes, o que significa regressar a níveis dos anos 80. Em 2014, houve 42 773 suicídios. A taxa cresceu em todos os grupos etários e em ambos os sexos, com exceção dos maiores de 75 anos.

Os especialistas em saúde pública não têm uma única teoria sobre as causas do aumento de suicídios. Uns, como Robert D. Putnam, sociólogo que estudou as novas divisões de classe nos EUA, destacam a relação entre pobreza, desespero e problemas de saúde. O desemprego e a falta de perspetivas de melhoria económica favoreceriam as tendências suicidas.

Mas outros especialistas indicam que o desemprego foi descendo nos últimos anos, enquanto que o suicídio foi aumentando. Daí preferirem relacionar o fenómeno com as mudanças sociais próprias da época. O declínio da taxa de nupcialidade e o aumento do divórcio contribuíram para favorecer o isolamento social, o que deixa as pessoas mais indefesas. A taxa de divórcio duplicou para os adultos de meia idade, de 35 a 64 anos, que é o grupo onde mais cresceu o suicídio.

Embora as teorias sejam variadas, concordam em que o suicídio e o aumento da mortalidade em geral são especialmente preocupantes entre os trabalhadores brancos não hispânicos com menores habilitações escolares. Os últimos dados publicados pelo CDC sobre mudanças na esperança de vida e causas de morte confirmam estas más notícias.

O impacto destas tendências negativas teve uma repercussão que os demógrafos consideram significativa: a taxa de mortalidade nos EUA cresceu no ano passado pela primeira vez numa década. A taxa tinha vindo a baixar em consequência dos avanços no campo da saúde e alterações nos estilos de vida. Todavia, agora passou de 8,23 por mil em 2014, para 8,41 em 2015.

Estas tendências configuram um quadro paradoxal na saúde da população, pelo menos em certos grupos: os ganhos através dos avanços sanitários na luta contra as doenças mais mortíferas (cardiovasculares, cancro, pneumonia...) estão a ser contrariados pelos retrocessos com origem em estilos de vida autodestrutivos.

Também é notória a relativa falta de atenção pública a estes problemas comparativamente a outros: fala-se muito do suicídio “assistido”, quando o verdadeiro problema de saúde pública é como prevenir os suicídios dos que se matam sem pedir ajuda; e fala-se alegremente de legalizar a marijuana, enquanto outras drogas também muito difundidas como a heroína e os opioides deixam um rastro de toxicodependentes e de vítimas por overdose.

Os custos familiares do crescimento económico chinês

A emigração do campo para a cidade, sobre a qual assentou em grande parte o *boom* económico chinês dos últimos anos, fraturou todavia muitas famílias. Uma mostra particularmente dramática são os “filhos deixados para trás”, que são criados sem os seus pais.

Segundo dados oficiais, em 2010, havia 61 milhões de filhos menores de 17 anos a viver em zonas rurais, cujos pais emigraram para a cidade. Deles, metade ficam ao cuidado do outro progenitor; 29 milhões, ao cuidado de algum parente próximo, geralmente avós, e 9 milhões a cargo do Estado ou de outros parentes afastados. Calcula-se que cerca de 2 milhões vivem sozinhos, sem adultos que os assistam.

A “The Economist” (20.2.2016) classificava este fenómeno como um dos mais dramáticos custos envolvidos na transformação que levou a China à sua arrancada económica, juntamente com a poluição e as empobrecidas condições da população rural.

Os filhos pequenos, sobretudo as meninas, são quem maiores possibilidades têm de ficar no campo enquanto os seus pais vão para a cidade de modo a ganhar a vida. Além disso, é difícil que estes filhos mantenham contacto periódico com os seus progenitores.

Segundo os cálculos realizados pela ONG Road to School Project, 10 milhões destes filhos não veem os seus pais nem uma única vez por ano e 3 milhões tão-pouco têm qualquer tipo de contacto telefónico. Mais de 20 milhões veem os seus pais uma ou duas vezes por ano quando muito, coincidindo normalmente com a celebração de determinadas festas, como a do Ano Novo Chinês.

A situação em que ficam estes filhos pode determinar o seu desenvolvimento e diminuir o seu rendimento escolar. Assim, por exemplo, deve ter-se em conta que nas zonas rurais são mais elevados os índices de analfabetismo, sobretudo entre as pessoas de maior idade, com as quais estes filhos crescem. Segundo a Federação Chinesa da Mulher, um quarto das avós que vivem com eles nunca foi à escola.

Um estudo elaborado por uma universidade de Xangai comparou as condições de vida entre um grupo de filhos de zonas rurais que viviam com os seus progenitores e outro cujas famílias tinham emigrado. E apesar dos seus níveis de desenvolvimento físico serem similares, há importantes diferenças quanto à sua evolução psicológica, emocional, social e no rendimento escolar.

Com o objetivo de incentivar o desenvolvimento das zonas rurais, o governo encerrou nos últimos anos escolas pequenas para concentrar os alunos em instituições educativas maiores e supostamente melhores, mas distantes dos seus lugares de residência. Calcula-se que nesses novos internatos, 60 % dos alunos têm os seus pais a trabalhar nas cidades. O seu rendimento é menor do que os restantes, além de sofrerem com mais frequência de depressão ou ansiedade.

Sem um contexto familiar adequado, estes filhos são mais vulneráveis aos abusos sexuais e a serem vítimas da delinquência. Também há um maior risco de virem a desenvolver comportamentos antissociais ou ilegais. Desde 2000, aumentou a delinquência juvenil na China, especialmente a cometida por jovens de proveniência rural.

Em janeiro de 2016, o governo reconheceu a sua preocupação por estes filhos e comprometeu-se a fortalecer os programas de ajuda e assistência na infância. Um deles, que começou em 2010, funciona em cinco províncias e está destinado a promover o bem-estar infantil em comunidades rurais. Naqueles sítios onde foi implementado, reduziram-se as taxas de abandono escolar e melhorou a assistência médica. Apesar do governo querer alargá-lo a outras três províncias, a sua eficácia é limitada porque beneficiará apenas 250 000 filhos.

Mas tão-pouco as condições dos imigrantes nas cidades são boas, pois sem licença de residência ou *hukou* não podem aceder a qualquer tipo de prestação. Por isso, também cerca de 9 milhões de filhos permanecem em núcleos urbanos separados das suas famílias, que se viram obrigadas a transferir-se para outros lugares em busca de trabalho.

São justamente as restrições que sofrem os imigrantes rurais que chegam às cidades o que explica que não levem os seus filhos com eles. Sem *hukou* (licença de residência), não gozam dos direitos que estão garantidos para os cidadãos legais: entre eles, levar os seus filhos gratuitamente para uma escola pública. Teriam de escolarizar os seus filhos numa escola privada ou pagar nas públicas as taxas previstas para os não residentes, algo que muitos deles não se podem permitir.

O *hukou* é uma das heranças que ainda subsistem da época maoísta e a sua vigência acentuou a desigualdade que existe entre a cidade e o campo na China. O último Plano Quinquenal, aprovado em finais de 2015, fixou o objetivo que 45 % da população disponha de licença de residência em 2020, mais 5 pontos do que agora.

Segundo muitos especialistas, os passos dados na reforma do *hukou* são insuficientes. A intenção das autoridades chinesas

é apoiarem-se nos imigrantes para reanimar a economia. Assim, se a arrancada da indústria recaiu sobre a mão de obra imigrante, barata e sem direitos, agora é necessário melhorar o seu nível económico para fomentar a procura interna e superar a última desaceleração.

Segundo as últimas estatísticas do governo, nas zonas urbanas encontram-se 270 milhões de imigrantes provenientes do campo. Nas cidades, o *hukou* é um requisito para poder optar por determinados benefícios sociais: além da educação, dá acesso a assistência médica ou ao subsídio de desemprego, e permite comprar uma casa, algo vedado aos residentes de zonas rurais, aos quais é atribuída uma habitação da qual não podem dispor.

Estima-se que sejam 13 milhões os imigrantes que não têm qualquer tipo de licença e, portanto, se encontram numa situação de total desproteção. Trata-se, em muitos casos, de filhos nascidos em famílias que violaram na devida altura a política do filho único e que não puderam ser registados na altura. Outros são titulares de um *hukou* rural, ao qual não querem renunciar por receio de perderem os seus bens no campo.

As autoridades centrais, entre as quais o Conselho de Estado, manifestaram a sua vontade de regularizar a situação dos imigrantes. Num documento publicado em maio de 2016, o governo salientou a necessidade de eliminar as diferenças entre o *hukou* rural e o urbano, e permitir o acesso ao ensino público e a assistência sanitária a todos os residentes das cidades.

As mudanças serão graduais e dependerão de cada cidade. Por um lado, nas mais povoadas, continuarão a ser inacessíveis para os imigrantes não qualificados; no caso de cidades mais pequenas, haverá flexibilidade. Num e noutro caso terão de vencer a resistência das autoridades locais, que sempre recusaram ampliar as licenças de residência, e também a dos próprios residentes, pois estes últimos consideram que um maior número de beneficiários pode fazer colapsar ou deteriorar os serviços públicos.

J. M. C.

“O Herói de Hacksaw Ridge”

“Hacksaw Ridge”

Realizador: Mel Gibson
Atores: Andrew Garfield; Sam Worthington
Duração: 146 min.
Ano: 2016

A conquista da ilha japonesa de Okinawa pelos americanos é das batalhas mais sangrentas da II Guerra Mundial. O filme baseia-se na história real de um soldado que vai salvar dezenas de colegas sem nunca disparar um tiro. Trata-se de um rapaz que tomara a decisão de nunca usar armas. Ao longo do filme percebemos o motivo dessa atitude. Trata-se de algo refletido e que dá sentido à sua vida. Acima de tudo, ele quer atuar de acordo com a sua consciência. Quer agir bem. Claro que reconhece que os soldados que combatem com armas também atuam de forma correta, defendendo o seu país e as suas famílias. Não os censura. Ele apenas se quer alistar para também poder servir a pátria mas de uma forma diferente, sem armas.

A recruta militar vai ser dura: é gozado por todos e até castigado, mas acabam por respeitar a sua posição de objeto de consciência. Integra-se num batalhão como fazendo parte dos “serviços de saúde” e mais tarde, já em plena luta na ilha, vai revelar toda a sua bravura e valentia, assente numa motivação que o faz pensar nos outros e na salvação deles. Não só vai então gozar da estima e apreço dos seus colegas, como verá reconhecido o seu valor, ao receber a maior condecoração militar, a Medalha de Honra.

Tópicos de análise:

1. A motivação para lá dos interesses pessoais, mantém viva a força.
2. Ter convicções e defendê-las com gestos coerentes, atrai os outros.
3. A bravura nota-se nas decisões que se tomam e não na força física.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins
Professor da AESE

